

E | EDITORIAL

Cumpre-se por estes meses de outubro e novembro a apresentação, discussão e votação do Orçamento de Estado para o ano seguinte, documento que pela sua abrangência toca em vários aspetos que são relevantes para as ciências da nutrição e da alimentação.

Não pretendendo ser exaustivo na sua apreciação, até porque a versão definitiva não se encontra, à data, aprovada, podemos destacar duas propostas importantes e com previsível impacto nesta área.

Em primeiro lugar, a alteração do imposto sobre bebidas açucaradas, que inclui um agravamento do imposto sobre as que têm maior quantidade de açúcar, assim como a divisão em quatro (face aos anteriores dois) escalões deste mesmo imposto. Aprofunda-se, deste modo, a política que visa corrigir pela via fiscal alguns consumos alimentares que sabemos estarem negativamente associados à nossa saúde. Enquanto profissionais da área, desejamos que estas medidas, certamente ainda limitadas, sejam o primeiro passo para a implementação de outras, que não só continuem a desincentivar o consumo de alimentos comprovadamente nocivos, como promova o de outros, que, pelo contrário, sabemos estar associados a melhores níveis de saúde. Os atuais conceitos na área apontam para a necessidade de, mais do que nos focarmos em nutrientes específicos, a aposta incidir na promoção de alimentos e modelos alimentares mais saudáveis, pelo que se aguardam com expectativa os futuros desenvolvimentos nesta área tão relevante.

A segunda questão diz respeito ao reforço das verbas para investigação científica, através da dotação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Este reforço rondará os 11%, um número que é bastante significativo, sobretudo se, ao contrário do que sucedeu em alguns anos anteriores, a respetiva execução não for inferior ao valor orçamentado. Haverá, segundo a proposta, um reforço quer das verbas destinadas ao designado emprego científico quer das que se destinam aos projetos de investigação. Estes números constituem uma excelente oportunidade de reforçar a investigação científica nas ciências da nutrição e a crescente qualidade das publicações nacionais (e em colaboração internacional) nesta área serão decerto um impulso decisivo para a obtenção de maiores verbas. O recente programa EEA Grants, e vários dos projetos por ele financiados, mostrou cabalmente que o investimento científico nas ciências da nutrição é capaz de gerar não só conhecimento e publicações de relevo (algumas publicadas aqui na Acta Portuguesa de Nutrição), como melhorias efetivas no bem-estar das populações. É para esta dinâmica positiva que esta Acta procura contribuir, mantendo-se fiel aos seus princípios de isenção e rigor científico. Só com todos estes atores podemos aspirar à melhoria efetiva da saúde das populações, que tanto depende da forma como se alimentam.

Nuno Borges
Diretor da Acta Portuguesa de Nutrição